

Município de Leiria
Câmara Municipal

Exmo(s). Senhor(es) Representante(s) Legal(is)

N/ ref.ª: Pendente 381804

ASSUNTO: Convite à apresentação de proposta

CONSULTA PRÉVIA N.º 26/2021/DICP – T- 125/2020 – Aquisição de serviços de conceção, desenvolvimento e elaboração do projeto de arquitetura e especialidades do Centro de Inovação Logística de Leiria, com o código CPV 71250000-5 (Serviços de arquitetura, engenharia e levantamento topográfico)

I – ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Leiria, sita em Largo da República, 2414-006 Leiria, com o número de telefone 244 839 545 e com o endereço de correio eletrónico dicpempreitadas@cm-leiria.pt e plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com.

II – DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão foi tomada por despacho do senhor presidente / da senhora vice-presidente da Câmara Municipal de Leiria.

III – PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO

O presente procedimento por consulta prévia é efetuado nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

IV – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

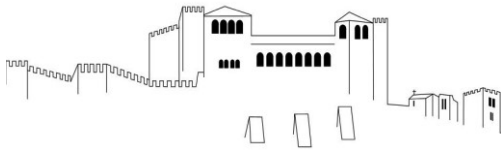
1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos, bem como a lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, devem ser colocados na plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com, no **primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas**.
2. Os esclarecimentos serão prestados Júri do Procedimento, através da plataforma eletrónica referida no número anterior, até ao dia anterior ao termo do prazo para apresentação de propostas, nos termos do artigo 116.º do CCP, uma vez que aquele prazo é inferior a 9 dias.
3. No prazo definido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deverá pronunciar-se sobre os erros e omissões, bem como proceder às retificações sobre as peças procedimentais.
4. Os esclarecimentos e as retificações farão parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecerão sobre estas em caso de divergência.

V - CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Serão admitidos os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP;
 - b) Reúnam todos os requisitos legais constantes deste procedimento.

VI – PROPOSTA

1. O concorrente manifesta, na proposta, a sua vontade de contratar e indicará as condições em que se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente deve indicar o preço total do serviço, de acordo com o **Anexo III**.



3. Todos os preços deverão ser expressos em euros, em algarismos, e não incluirão o IVA, devendo o concorrente indicar a respetiva taxa legal aplicável deste imposto.
4. Os preços totais apresentados terão um máximo de 2 casas decimais.
5. As propostas terão de ser apresentadas na plataforma eletrónica www.anogov.com, contendo **assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante. Sempre que seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este último poderes para o efeito**, ou pública-forma da mesma, devidamente legalizada.
6. Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta serão da responsabilidade do concorrente.

VII – DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** (de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, devendo especificar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão:
 - i) **Proposta de preço total**, em conformidade com o **Anexo III, (ficheiro em excel anexo)** apenas ao presente convite;
2. Poderá ser junto à proposta a certidão do registo comercial (certidão permanente) ou códigos de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente que permita relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura.
3. Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante, de acordo com o disposto nos artigos n.º 4 do artigo 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assistente.
5. Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

VIII – PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

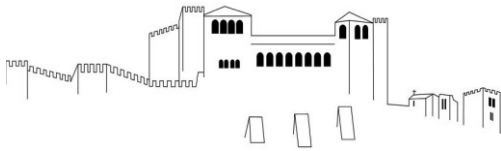
1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica com endereço www.anogov.com, até às **23h59 do 7.º dia** a contar da data de notificação do convite (data e hora referidas na referida plataforma).
2. As propostas e os documentos que as acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas na alínea anterior.
3. O concorrente deverá prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora fixada no n.º 1 desta Cláusula.

IX – PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

X – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas que apresentem algum(ns) dos motivos constantes dos artigos 70.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
2. A adulteração do Anexo III (Proposta base e lista de preços unitários) disponibilizado pela entidade adjudicante poderá constituir também causa de exclusão da proposta.
3. Na análise das propostas o júri do procedimento terá em consideração os documentos exigidos no presente convite, bem como quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, que contenham os atributos da proposta e que o concorrente considere indispensáveis para avaliação da mesma.

**XI - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço.
2. Em caso de empate será realizado um sorteio de bolas, a realizar em ato público a convocar pelo júri do procedimento, por forma a seleccionar a proposta a adjudicar.

XII – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

1. O adjudicatário deve apresentar, no **prazo de 5 dias úteis** a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do presente ofício convite (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos - de acordo com alterações em vigor desde 01.01.2018);
- b) Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Declaração de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da entidade, bem como de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- e) Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar (certidão permanente ou documento equivalente).
- f) Documentos referentes à **equipa técnica projetista**:
 - Indicação do técnico coordenador, com os respetivos certificados de habilitações académicas e curricula vitae, datados e assinados, com indicação de experiência profissional no âmbito do tipo de trabalhos a realizar e outros, conforme estipulado no caderno de encargos;
 - Indicação dos restantes elementos da equipa projetista com identificação do coordenador de projeto, ficando discriminada em documento anexo ao contrato a celebrar na sequência deste procedimento;
 - A equipa projetista referida só poderá ser alterada mediante prévio e expresso consentimento da entidade adjudicante.

2. O adjudicatário deverá, ainda, no mesmo prazo, entregar os seguintes elementos indispensáveis à outorga do contrato:

- a) N.º de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade / N.º de Contribuinte / Naturalidade e residência da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato;
- b) Documento(s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um **prazo adicional de 2 dias úteis**, destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

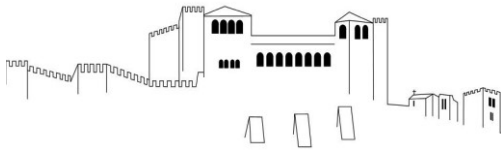
4. Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

6. Podem ainda ser solicitados, pelo órgão competente, ao adjudicatário quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo razoável para o efeito.

XIII – RETENÇÃO DO VALOR DOS PAGAMENTOS A EFETUAR

De acordo com o n.º 3 do artigo 88.º do CCP, o Município irá proceder à retenção de 5 % do valor dos pagamentos a efetuar, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

**XIV – CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO**

A adjudicação caduca quando:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto nos artigos 86.º, 87.º e 87.º-A do CCP;
- b) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para outorga do contrato ou não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado pelo órgão competente, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º do CCP;
- c) O adjudicatário não confirmar os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP;
- d) Se se verificar a ocorrência de circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, nos termos do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

XV - ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato a celebrar deverá ser notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.

2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias úteis subseqüentes à respetiva notificação.

XVI - RECLAMAÇÃO CONTRA A MINUTA

1 - Serão admissíveis reclamações contra a minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que serviram de base ao concurso.

2- Em caso de reclamação, o órgão competente que aprovou a minuta do contrato comunicará ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

XVII- CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ESCRITO

1. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b. Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

2. A entidade pública contratante comunicará ao adjudicatário:

- a. Com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato, no caso de assinatura presencial; ou
- b. Num prazo não inferior a 3 (três) dias úteis, o prazo para outorga e remessa do contrato, no caso de assinatura por meios eletrónicos, sendo esta considerada a modalidade preferencial por parte do Município de Leiria.

XVIII – CADERNO DE ENCARGOS

Faz parte integrante do presente ofício convite, o Caderno de Encargos.

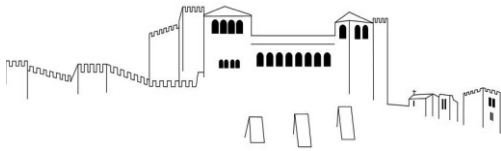
XIV - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que o presente convite for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA / A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA,

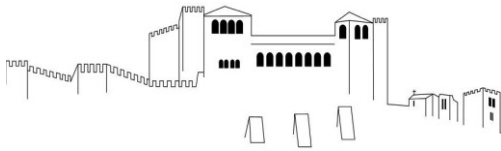
Gonçalo Lopes
PRESIDENTE
25-03-2021
«Assinatura Digital Certificada»



Município de Leiria
Câmara Municipal

ANEXOS

- Anexo I – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP
- Anexo II – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- Anexo III – Modelo de Proposta base e lista de preços unitários, (ficheiro em excel)

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

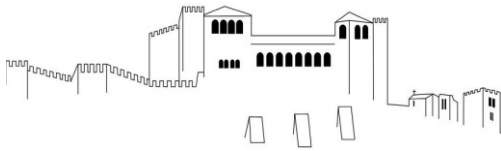
⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

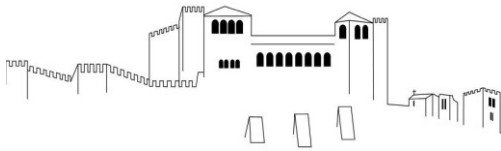
⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

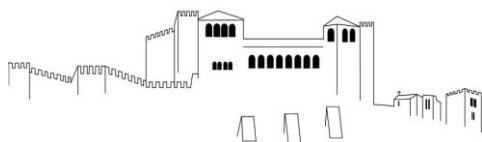
[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]



Município de Leiria
Câmara Municipal

ANEXO III

**Proposta base e lista de preços unitários
[Ficheiro em excel]**

**Consulta Prévia N.º 26/2021/DICP**

Aquisição de serviços de conceção, desenvolvimento e elaboração do projeto de arquitetura e especialidades do Centro de Inovação Logística de Leiria.

CADERNO DE ENCARGOS**Parte I - Cláusulas Jurídicas****Capítulo I - Disposições gerais****Cláusula 1.ª | Objeto**

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, cujo objeto principal visa a aquisição de serviços de conceção, desenvolvimento e elaboração do projeto de arquitetura e especialidades do Centro de Inovação Logística de Leiria.

2 - As condições da prestação de serviços deverão ter em conta o preconizado nas Cláusulas Técnicas que constituem a parte II do presente Caderno de Encargos, que discriminam os serviços a executar.

Cláusula 2.ª | Preço base

1 - O preço base é de **73.500€ (setenta e três mil e quinhentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - O preço base corresponde ao valor máximo a pagar pela prestação do serviço que constitui o objeto do contrato.

Cláusula 3.ª | Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

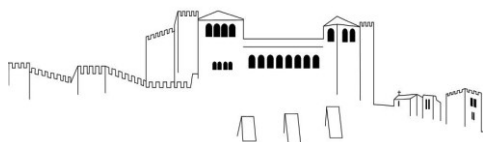
3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª | Duração do contrato / Prazo de execução

1 - O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



Município de Leiria Câmara Municipal

2 - Os prazos para elaboração e entrega de cada fase de trabalho, no âmbito da prestação de serviços, deverão ser os seguintes:

- a) Entrega do 'Programa base de dimensionamento e layout do Centro de Inovação Logística de Leiria' – 60 dias a contar da data de assinatura do contrato;
- b) Entrega do 'Modelo institucional de organização e gestão do Centro de Inovação Logística de Leiria' – 60 dias a contar da data de aprovação do 'Programa base de dimensionamento e layout do Centro de Inovação Logística de Leiria';
- c) Entrega do 'Estudo Prévio do Centro de Inovação Logística de Leiria' - 60 dias a contar da data de aprovação do 'Programa base de dimensionamento e layout do Centro de Inovação Logística de Leiria';
- d) Entrega do 'Projeto Base do Centro de Inovação Logística de Leiria' - 60 dias a contar da data de aprovação do Estudo Prévio;
- e) Entrega do 'Projeto de execução do Centro de Inovação Logística de Leiria' - 90 dias a contar da data de a contar da data de aprovação do Projeto Base.
- f) Resposta aos esclarecimentos: de acordo com o definido no Programa de Procedimento da empreitada.
- g) Resposta aos erros e omissões: de acordo com o definido no Programa de Procedimento da empreitada.
- h) Assistência técnica: a prestar de acordo com a evolução da execução dos trabalhos.

3 - O prazo global é de **270 dias** e começa a contar a partir da data de assinatura do contrato da presente prestação de serviços.

4 - As fases da alínea b) e alínea c) decorrem em paralelo.

5 - O prazo do contrato suspende entre a entrega das fases de Estudo Prévio, Anteprojecto ou Projecto Base e Projecto de Execução e a comunicação da aprovação de cada uma das referidas fases.

6 - O prazo correspondente à Assistência Técnica incluirá o tempo necessário para a preparação dos concursos para a adjudicação das empreitadas e apreciação das respetivas propostas bem como o apoio técnico durante a execução das obras para esclarecimento de dúvidas.

7 - O prestador de serviços obrigar-se-á a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos estudos e projeto objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

8 - Com a entrega dos estudos e projeto objeto do contrato, ocorrerá a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o prestador de serviços.

9 - Serão da responsabilidade do prestador de serviços todas as despesas e custos com o objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega.

10 - Os estudos e projetos a realizar no âmbito da presente prestação de serviços deverão ser entregues no Departamento de Infraestruturas e Manutenção da Câmara Municipal de Leiria, até ao termo do prazo referido no número seguinte, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Cláusula 11.^a.

2

Cláusula 5.^a | Prorrogação dos prazos contratuais

1 - Será motivo de prorrogação dos prazos contratuais a existência de trabalhos além dos previstos no contrato.

2 - Sempre que seja indispensável introduzir alterações a estudos ou fases do projeto já aprovadas, por razões não imputáveis ao adjudicatário, as datas previstas para ultimização das fases subsequentes àquela em que a alteração foi introduzida serão adiadas, se necessário, por um número de dias igual aos concedidos ao adjudicatário para executar as alterações determinadas.

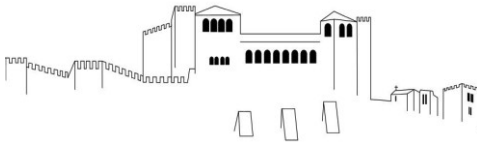
3 - Em qualquer dos casos referidos, a prorrogação do prazo será sempre objeto de acordo prévio entre as duas partes contratuais e deverá ser solicitada, por escrito, pelo adjudicatário, com justificação adequada.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I | Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I | Disposições gerais

Cláusula 6.^a | Obrigações principais do prestador de serviços



Município de Leiria Câmara Municipal

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

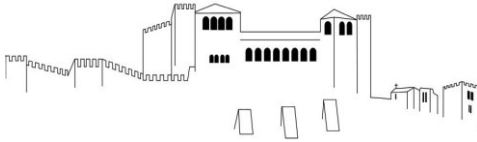
- a) Obrigação de entrega dos estudos e projeto em conformidade com o conteúdo obrigatório aplicável da Portaria n.º 701/-H/2008, de 29 de julho e demais características e especificações técnicas em vigor;
- b) Obrigação de executar o serviço nos termos das disposições do presente caderno de encargos, de acordo com as fases de entrega de trabalho identificadas no n.º 2 da Cláusula 4.ª;
- c) Obrigação de prestar os serviços de acordo com condições fixadas na parte II do presente Caderno de Encargos e de acordo com condições expressas na sua proposta;
- d) Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços;
- e) Obrigação de designar um técnico coordenador, de acordo com o perfil e condições constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos;
- f) Obrigação de cumprir com a legislação em vigor e demais legislação que, entretanto, venha a ser publicada no âmbito do objeto do contrato;
- g) Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização do Município de Leiria;
- h) Obrigação de prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é prestado o serviço, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- i) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

2 – São ainda obrigações do adjudicatário, no que se refere ao projeto de execução:

- a) O adjudicatário obriga-se a reconhecer localmente o território da intervenção, sendo da sua responsabilidade verificar todas as implicações no projeto;
- b) Devem os autores dos projetos inteirar-se junto das entidades competentes e comunicar à Câmara Municipal de Leiria, quaisquer condicionalismos que possam dificultar o licenciamento e/ou a aprovação da proposta de intervenção;
- c) A Câmara Municipal de Leiria irá promover as diligências necessárias, e, suportar todos os encargos, respeitantes ao licenciamento/ aprovação/certificação dos projetos de execução que venham a ser elaborados, junto das entidades competentes, sendo da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento e organização de todos os exemplares (quantidade e formato exigível) dos processos necessários para o efeito, segundo a legislação e regulamentos em vigor aplicáveis;
- d) O adjudicatário obriga-se a executar, nas condições de preço contratadas, todos os trabalhos enumerados no contrato, no caderno de encargos e nos estudos subsidiários necessários para um perfeito esclarecimento do projeto na realização do empreendimento;
- e) O adjudicatário assume plena responsabilidade pelos serviços contratados, sendo, portanto, o único responsável perante a Câmara Municipal de Leiria;
- f) Fica, porém, isento de responsabilidade pelos erros e ou deficiências que resultem diretamente de informação errónea fornecida pela Câmara Municipal de Leiria ou do cumprimento de instruções escritas por esta transmitidas e que lhe tenham merecido contestação escrita;
- g) Coordenação dos diversos projetos, atestando a compatibilidade entre os mesmos;
- h) Resposta aos esclarecimentos reportados ao Júri do procedimento, no âmbito do concurso para a celebração do contrato de empreitada, no prazo máximo de 5 dias úteis;
- i) Resposta aos erros e omissões reportados ao Júri do procedimento, no âmbito do concurso para a celebração do contrato de empreitada, no prazo máximo de 5 dias úteis;
- j) Assistência técnica durante a execução da empreitada.

3 - A título acessório, o prestador de serviços ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo.

4 - O concorrente obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição da regulamentação de acessibilidades e das normas técnicas de construção, garantindo a conformidade com as exigências das Entidades Externas e o Licenciamento dos projetos junto das Entidades que o exigiam.

Subsecção II | **Dever de sigilo**Cláusula 7.^a | **Informação e sigilo**

1 - O prestador de serviços deverá prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2 - Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

3 - O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

4 - Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente cláusula, a informação e a documentação que for, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II | **Obrigações do Município de Leiria**Cláusula 8.^a | **Preço contratual**

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Leiria deverá pagar ao prestador de serviços, os serviços efetivamente prestados, nos termos da Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com os preços constantes da lista de preços unitários da proposta adjudicada.

2 - **O valor total da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço máximo fixado** no presente Caderno de Encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 - O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

4

Cláusula 9.^a | **Revisão de preços**

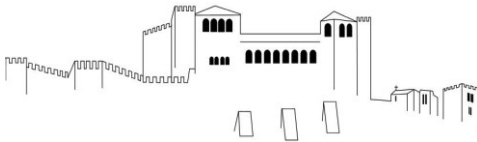
Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do Contrato.

Cláusula 10.^a | **Condições de pagamento**

1 - As quantias devidas pelo Município de Leiria, nos termos das cláusulas anteriores, deverão ser pagas após a receção, pelo contraente público, da respetiva fatura, no **prazo de 30 dias**, a qual só poderá ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Os pagamentos dos honorários serão faseados, de acordo com a seguinte distribuição:

- a) 1.^a Fração - Com a entrega do "Programa base de dimensionamento e layout do Centro de Inovação Logística de Leiria" - 10% do valor da adjudicação;
- b) 2.^a Fração - Com a aprovação do "Programa base de dimensionamento e layout do Centro de Inovação Logística de Leiria" - 5% do valor da adjudicação;
- c) 3.^a Fração - Com a entrega do "Modelo institucional de organização e gestão do Centro de Inovação Logística de Leiria" - 10% do valor da adjudicação;
- d) 4.^a Fração - Com a aprovação do "Modelo institucional de organização e gestão do Centro de Inovação Logística de Leiria" - 5% do valor da adjudicação;
- e) 5.^a Fração - Com a entrega do Estudo Prévio do Centro de Inovação Logística de Leiria- 10% do valor da adjudicação;
- f) 6.^a Fração - Com a aprovação do Estudo Prévio do Centro de Inovação Logística de Leiria- 5% do valor da adjudicação;
- g) 7.^a Fração - Com a entrega do Projeto Base do Centro de Inovação Logística de Leiria - 10% do valor da adjudicação;



Município de Leiria Câmara Municipal

- h) 8.^a Fração - Com a aprovação do Projeto Base do Centro de Inovação Logística de Leiria - 5% do valor da adjudicação;
- i) 9.^a Fração - Com a entrega do Projeto de Execução do Centro de Inovação Logística de Leiria - 10% do valor da adjudicação;
- j) 10.^a Fração - Com a aprovação do Projeto de Execução do Centro de Inovação Logística de Leiria - 20% do valor da adjudicação;
- k) 11.^a Fração - Assistência técnica - 10% do valor da adjudicação.

2 - As faturas deverão ser enviadas para o Município de Leiria – Divisão Financeira, Largo da República, 2414-006 Leiria, com a indicação do respetivo processo e número de compromisso, após receção do Auto de Honorários.

3 - Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com a prestação do serviço efetuado.

4 - Não poderão ser propostos adiantamentos por conta do serviço a prestar.

5 - Em caso de discordância por parte do Município de Leiria, quanto ao valor indicado na fatura, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 - Desde que devidamente emitida a fatura e observado o disposto no n.º 1, o pagamento será efetuado preferencialmente através de transferência bancária.

7 - Para garantir a boa execução do contrato, deverá ficar retido em cada pagamento ou até ao último auto de honorários, o valor de 5%, correspondente ao valor global da adjudicação, nos termos do artigo 88.º do CCP.

8 - A Câmara Municipal de Leiria, nos termos da legislação em vigor, reserva-se o direito de não iniciar a execução da empreitada correspondente aos presentes projetos, por motivos e factos alheios a esta autarquia, pelo que a fração correspondente ao pagamentos dos honorários relativa ao acompanhamento e à assistência técnica não serão devidos ao adjudicatário, o qual renuncia a esta fração a foro especial, bem como renúncia ao direito de qualquer tipo de indemnização por outros encargos em que possa incorrer.

9 - Caso a Câmara Municipal de Leiria não inicie a execução da empreitada correspondente aos presentes projetos dentro do prazo de 360 dias a partir da data de aprovação dos projectos de execução, a Câmara Municipal de Leiria comunicará ao adjudicatário a sua autorização para libertação da caução se referida no convite do procedimento.

10 - Em caso de uma decisão de extinção do contrato, uma vez aprovada uma fase de projeto e iniciada uma nova, não será considerado válido o pagamento da totalidade dessa nova fase.

11 - Os honorários de projeto, correspondentes à assistência técnica ao projeto, serão pagos em prestações trimestrais durante o decorrer da empreitada em proporção ao valor dos trabalhos à data efetuados, ou, no final desta, após entrega e validação das devidas Telas Finais.

12 - A não comparência às reuniões periódicas a efetuar durante a fase de acompanhamento e assistência técnica, confere o direito à Câmara Municipal de Leiria de não liquidar os honorários correspondentes aos meses em que a respetiva falta ou faltas se verificarem.

5

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.^a | Penalidades contratuais

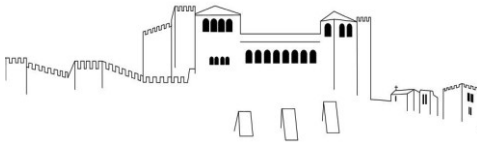
1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Leiria poderá aplicar ao prestador de serviços o seguinte regime de penalidades:

- a) Incumprimento dos prazos de execução, tal como identificado no n.º 2 da Cláusula 4.º, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=AdxPd$, em que P corresponde ao valor da penalidade, Ad corresponde ao número de dias em atraso e Pd ao preço/dia, fixado em 500,00 € (quinhentos euros);
- b) Incumprimento dos prazos para resposta a pedidos de esclarecimento e erros e omissões, tal como identificado nas alíneas i) e j) do n.º 2 da Cláusula 6.º, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P=AdxPd$, em que P corresponde ao valor da penalidade, Ad corresponde ao número de dias em atraso e Pd ao preço/dia, fixado em 50,00 € (cinquenta euros).
- c) 1.000,00 € (mil euros), por incumprimento de qualquer outra obrigação.

2 - Quando as sanções revistam natureza pecuniária, o respectivo valor acumulado não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Leiria decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Leiria terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.



5 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Leiria exija uma indemnização pelo dano excedente.

6 - Pelos encargos suportados pela Câmara Municipal de Leiria resultantes de erros e omissões do projeto que decorram de obrigações de conceção, invocados pelo empreiteiro dentro do prazo legal, ouvido o adjudicatário e aceites pelo dono da obra, no que o seu valor ultrapasse cinco por cento do valor de adjudicação da obra nova ou no caso de remodelação ou adaptação, será o adjudicatário responsabilizado até ao limite do triplo dos honorários a que tenha direito ao abrigo do respectivo contrato, salvo se a responsabilidade em causa tiver resultado de dolo ou negligência grosseira no cumprimento das suas obrigações.

7 - O disposto no parágrafo anterior não invalida ou atenua as responsabilidades perante a lei, dos técnicos autores daqueles estudos ou projetos.

Cláusula 12.^a | **Força maior**

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao prestador de serviços.

2 - Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 - Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 - Não constituirão casos de força maior:

- a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
- d) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
- f) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

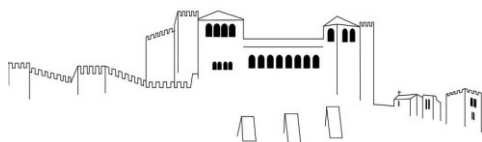
5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Leiria poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Se o estudo não contemplar as características e especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos;
- b) Quando o prazo para entrega de qualquer uma das fases for excedido para além de sessenta dias, por motivos exclusivamente imputáveis ao Adjudicatário;
- c) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades;
- d) Quando se verificar fundamentamente e após notificado o adjudicatário para que se pronuncie, que a atuação deste não satisfaça ou não se revela em condições de desempenhar satisfatoriamente as obrigações que lhe incumbem, recebendo, neste caso uma parte dos honorários tendo em atenção os trabalhos já entregues e os prejuízos que para a Autarquia resultarem da rescisão e da necessidade de incumbir a outrem essas obrigações;
- e) Após a entrega de qualquer uma das fases do projecto, tendo neste caso, o adjudicatário direito a uma indemnização pelos prejuízos emergentes da decisão tomada, que, em nenhum caso, excederá 1/4 da fração dos honorários correspondentes à fase em elaboração;



2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Leiria.

3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte do Município de Leiria com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Capítulo IV - Seguros

Cláusula 14.ª | Seguros

1 - Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2 - O Município de Leiria poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 dias.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 15.ª | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 16.ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependerá da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

Cláusula 17.ª | Responsabilidade

1 - O prestador de serviços responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Leiria, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto na cláusula 14.ª.

2 - Se o Município de Leiria tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e seja a que título for, houver que suportar, assistindo àquele Município o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

3 - O Município de Leiria não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores daquele Município, no exercício das respetivas funções.

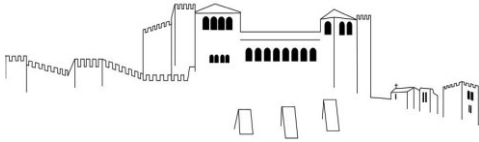
Cláusula 18.ª | Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas deverão ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

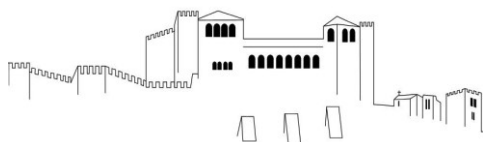


Município de Leiria
Câmara Municipal

Cláusula 20.^a | **Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação em vigor.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



Parte II - Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a | Características, condições e quantidades dos serviços a prestar

O presente caderno de encargos compreende cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de conceção, desenvolvimento e elaboração do projeto de arquitetura e especialidades do Centro de Inovação Logística de Leiria, tendo por base a concretização de três fases sequenciais de trabalho, interligadas e interdependentes, no respeito pelos objetivos gerais a atingir:

- a) Programa base de dimensionamento e layout do Centro de Inovação Logística de Leiria;
- b) Modelo institucional de organização e gestão do Centro de Inovação Logística de Leiria;
- c) Projeto de execução de arquitetura do Centro de Inovação Logística de Leiria.

Cláusula 2.^a | Programa base de dimensionamento e layout do Centro de Inovação Logística de Leiria

1 - A configuração do programa base de dimensionamento e layout do futuro Centro de Inovação Logística de Leiria será modelada em função dos seguintes princípios gerais:

- a) Mix comercial e de serviços do futuro equipamento, adequado à situação caracterizada em termos territoriais, produtivos, comerciais e de prestação de serviços públicos e/ou privados;
- b) Número e tipologia de operadores a instalar (atuais e a captar);
- c) Modelo de organização do espaço – dimensionamento e layout global de ocupação do espaço disponível, apontando-se a posição dos sectores de atividade, produtos e serviços a instalar, bem como os fluxos funcionais de operadores, clientes, fornecedores e mercadorias;
- d) Tipologia dos espaços comerciais - infraestruturas, materiais de revestimento, e equipamento comercial de base;
- e) Instalações e equipamentos de apoio necessários - acessos, estacionamento, zonas de cargas e descargas, arrumos, inspeção higiossanitária e veterinária, fábrica de gelo, câmaras frigoríficas, balanças, compactadores de lixo, contentores, instalações sanitárias, balneários e vestiários;
- f) Serviços complementares a disponibilizar, de cariz público e/ou privado, com indicação de localização e requisitos técnicos de base para sua instalação.

2 - A solução proposta de dimensionamento e layout será plasmada em planta(s) com o proposto, a(s) qual(is) será(ão) a base para posterior conceção e desenvolvimento dos projetos de arquitetura e de engenharia de especialidades.

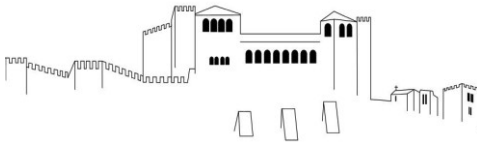
Cláusula 3.^a | Modelo institucional de organização e gestão do Centro de Inovação Logística de Leiria

1 - Complementarmente ao programa base, será efetuada uma abordagem e ponderação sobre as possíveis alternativas de modelo institucional de organização e gestão a implementar para exploração deste equipamento após a intervenção de construção e entrada em funcionamento, nomeadamente ao nível das componentes-chave que são as de cariz funcional e regulamentar.

2 - A proposta de um modelo institucional de organização e gestão do futuro Mercado passa por identificar, caracterizar e avaliar três vetores-chave:

- a) Tipologia constitutiva da entidade gestora, atendendo, neste caso, a dois modelos potenciais: (i) modelo exclusivamente público; ou, (ii) modelo de parceria público-privada;
- b) Formas de contratualização da utilização dos espaços comerciais, por tipo de operador e/ou por tipo de espaço (tendo em conta variáveis como a taxa de acesso, taxa de utilização, prazos de permanência, etc.); e,
- c) Regulamentação interna, abordando-se as disposições de gerais e as disposições específicas de um novo regulamento que dê resposta, positiva, aos novos desafios comerciais e operacionais colocados pela nova estrutura.

3 - Refira-se que a enarização do modelo institucional e de gestão torna-se fundamental para perspetivar aquele que será o posicionamento e o grau de intervenção da Câmara Municipal de Leiria neste processo de instalação do novo Centro de Inovação Logística de Leiria, permitindo, desde logo, equacionar e ponderar parcerias futuras que possam otimizar a abordagem de investimento que venha a ser delineada, bem como a conta de exploração projetada com o mesmo.

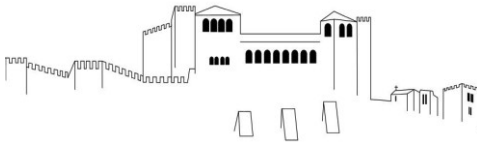


Cláusula 4.ª | Projeto de execução de arquitetura e especialidades do Centro de Inovação Logística de Leiria

1 - O projeto de execução de arquitetura comportará todos os elementos previstos na legislação em vigor e necessários à aprovação dos mesmos no que concerne à elaboração de 'Projetos de Execução de Arquitetura e Especialidades', nomeadamente e, entre outros, os constantes na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

2 - O projeto de execução, destinado a facultar todos os elementos necessários à definição dos trabalhos a executar, deverá ser constituído pelos seguintes:

- a) Projeto de arquitetura (artigos 7.º e 19.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho), incluindo:
 - i. Memória descritiva e justificativa;
 - ii. Peças desenhadas:
 - As peças desenhadas serão compostas por plantas, alçados gerais e cortes, desenhos de pormenor, nas escalas 1:200 e 1:100 para as definições globais, 1:50 e 1:20 para as zonas de pormenor e às escalas 1:10, 1:5 e T.N. para os detalhes de pormenor, devendo conter a definição dos sistemas construtivos, materiais de execução, de revestimento e acabamento, assim como da compatibilização das especialidades e adequação aos pormenores de execução específicos de cada uma delas.
 - Em termos de opções de arquitetura, serão ainda previstas áreas de reserva para instalações de equipamentos a instalar pelos próprios operadores - das boxes e/ou, sobretudo, das lojas, escritórios e de outros espaços comerciais complementares que se possam vir a definir - para efeitos de operacionalidade relacionada com a atividade. Estes elementos apresentar-se-ão nas escalas 1:200 e 1:100 para as definições globais, 1:50 e 1:20 para as zonas de pormenor e às escalas 1:10, 1:5 e T.N. para os detalhes de pormenor.
 - iii. Fichas/mapa síntese da intervenção proposta, organizadas por área de configuração espacial;
- b) Projetos das Especialidades, designadamente:
 - i. Projeto de estruturas, incluindo projeto de escavações e contenção periférica, muros de suporte, de vedação ou outras construções exteriores ao edifício (alíneas 3) e 4) do artigo 19.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - ii. Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos (artigo 26º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho), aprovado pela entidade competente (SMAS);
 - iii. Eletricidade, nomeadamente distribuição de energia, iluminação normal e de emergência, tomadas, alimentação dos equipamentos, caminhos de cabos, rede de terras (artigo 32.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - iv. Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações (artigo 38.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - v. Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) (artigo 44.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - vi. Instalações, equipamentos e sistemas a gás, se aplicável (artigo 50.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho), aprovado pela entidade certificada;
 - vii. Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas (artigo 56.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - viii. Sistemas de segurança integrada, nomeadamente sistema automático de deteção de incêndio, circuito fechado de CCTV, controle de acessos e sistema de segurança contra intrusão, aprovado pelo CPC, incluindo Plano de Emergência (artigo 62.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - ix. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE) (Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro, regulamentado pela Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro). O projeto deve incluir a informação descritiva necessária ao preenchimento da plataforma oficial da ANPC;
 - x. Sistemas de gestão técnica centralizada (artigo 68.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - xi. Condicionamento acústico (artigo 74.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho);
 - xii. Projeto de eficiência energética (RSECE, RCCTE, QAI, incluindo a emissão de declarações de conformidade regulamentares) (alínea 6) artigo 19º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, e restante legislação técnica em vigor);
 - xiii. Certificação energética do projeto (pré-certificação SCE);
 - xiv. Projeto luminotécnico e de som, caso necessário;
 - xv. Projeto de acessibilidades (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08 de agosto, e respetivo anexo que define as 'Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada');



Município de Leiria
Câmara Municipal

- xvi. Sinalética interior e exterior, promovendo uma imagem articulada entre os espaços; e
 - xvii. Plano de condicionalismos na utilização dos edifícios, espaços exteriores ou outras zonas durante a execução da empreitada;
- c) Plano de segurança e saúde em projeto, com indicação do coordenador de segurança em projeto;
- d) Plano de gestão e prevenção de resíduos da construção;
- e) Mapa global de medições e de quantidades de todos os projectos compilado num único documento;
- f) Orçamento com estimativa de custos por rubrica baseada nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;
- g) Caderno de Encargos para a Empreitada (cláusulas jurídicas e cláusulas técnicas);
- h) Elementos especiais:
- i. Esquema geral da obra, traçado sobre carta em escala adequada a uma visão de conjunto;
 - ii. Plantas e cortes dos diversos elementos da obra, com o pormenor necessário para a sua execução, evidenciando a definição e o posicionamento dos diversos equipamentos;
 - iii. Plano de gestão e manutenção, com o pormenor necessário para garantir o estabelecimento e o desenvolvimento do material vivo, a longo prazo;
- i) Todos o(s) projecto(s) deverão ainda conter:
- i. Memória descritiva e justificativa;
 - ii. Cálculos justificativos;
 - iii. Mapas de medições de cada projecto específico;
 - iv. Mapa de quantidades de trabalho de cada projecto específico;
 - v. Mapa de orçamento de cada projecto específico;
 - vi. Termos de responsabilidade, declarações da ordem e respectivo seguro de responsabilidade civil;
 - vii. Quanto à componente de Caderno de Encargos das Condições técnicas especiais de todas as especialidades, contendo a identificação dos materiais a empregar e do modo de execução dos trabalhos.
- j) Eficiência energética:
- i. De modo a reduzir o consumo de energia deverão ser previstas medidas de eficiência energética, nomeadamente a instalação de sistemas de iluminação de baixo consumo, sistemas de aquecimento de águas sanitárias a partir de fontes de energia renovável e sistemas fotovoltaicos e de armazenamento de energia para autoconsumo.
 - ii. No que respeita à rede de iluminação exterior, adotar medidas de eficiência energética que garantam adequados níveis de segurança e conforto para os utilizadores do espaço e a redução dos consumos energéticos associados ao espaço público.
- k) Eficiência hídrica:
- i. Deverão ser privilegiadas soluções que visem a eficiência hídrica, incluindo a integração de equipamentos eficientes (chuveiros, autoclismos com dupla entrada de água potável e não potável, fluxómetros, redutores de pressão e reguladores de causal).
 - ii. Também ao nível da gestão dos recursos hídricos deverá ser dada especial atenção à implementação de sistemas de reutilização/recirculação de águas pluviais, sempre que possível, por exemplo para rega dos espaços verdes.

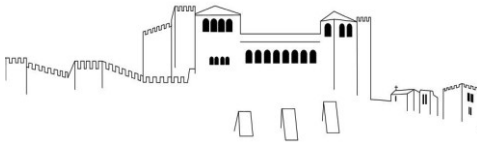
3 - Todas as peças do projeto deverão estar devidamente assinadas pelos seus autores e acompanhadas dos respetivos termos de responsabilidade previstos na legislação aplicável.

4 - O adjudicatário obriga-se a alterar ou completar o projeto de acordo com nova legislação que venha a ser publicada ou que entre em vigor no prazo de elaboração do projeto, bem como com as exigências previstas nos pareceres vinculativos das entidades envolvidas.

Cláusula 5.ª | Faseamento dos trabalhos de elaboração do projeto de execução de arquitetura e especialidades do Centro de Inovação Logística de Leiria

O presente projeto será desenvolvido conforme estipulado na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, e de acordo com as seguintes fases:

- a) 1ª FASE – PROGRAMA BASE E ESTUDO PRÉVIO



Município de Leiria Câmara Municipal

- i. A fase inicial de 'Programa Base e Estudo Prévio' incluirá a apresentação do programa base de dimensionamento e layout e do modelo institucional de organização e gestão do Centro de Inovação Logística de Leiria, de acordo com os termos descritos na Cláusula 2.^a da Parte II do presente Caderno de Encargos.
- b) 2^a FASE – ANTEPROJECTO OU PROJETO BASE | LICENCIAMENTO
- i. A fase de anteprojecto refletirá, se tal se justificar, a revisão dos elementos apresentados na fase precedente de 'Programa Base e Estudo Prévio' ditada por indicações da Câmara Municipal, com inclusão de elementos organizacionais e funcionais que desde logo se considerem permanentes.
 - ii. Para efeitos de licenciamento, nesta fase será também apresentado o projeto de arquitetura e especialidades numa fase de desenvolvimento técnico que garanta a documentação contendo todos os elementos necessários a apresentar às entidades competentes, nos moldes em que estas o exijam, sendo o adjudicatário responsável pelo acompanhamento dos projetos específicos junto das entidades licenciadoras.
- c) 3^a FASE – PROJECTO DE EXECUÇÃO
- i. A fase de projecto de execução facultará, nos termos previstos nas Portarias, todos os elementos necessários à definição rigorosa dos trabalhos de arquitetura e de engenharia de especialidades a executar.
 - ii. O projecto de execução deverá, ainda, ser acompanhado dos seguintes elementos:
 1. Descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios, tal como previstos no artigo 350.º do Código dos Contratos Públicos;
 2. 'Manual de Inspeção e Manutenção do Edificado' que identifique cada uma das operações de manutenção de materiais e equipamentos integrados na obra ao longo da vida útil do edificado, incluindo a estimativa de custos e sua projecção no tempo.

Cláusula 6.^a | Equipa Técnica

1 - O adjudicatário deve apresentar e propor formar uma equipa projetista cuja coordenação deve ser assumida por um técnico responsável com a qualificação profissional exigida, de acordo com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, considerando as categorias identificadas na portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

2 - O técnico coordenador deve cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos, que devem ser garantidos pelo adjudicatário:

- a) Licenciatura em arquitetura, área fundamental para o desenvolvimento do projeto;
- b) Inscrição válida na Ordem dos Arquitetos;
- c) Experiência relevante, no mínimo de 10 anos.

3 - A equipa projetista será necessariamente constituída, para além do coordenador, pelos técnicos autores indispensáveis ao desenvolvimento dos estudos e projetos, de acordo com o apresentado na Cláusula 4.^a da Parte II do presente Caderno de Encargos.

4 - A identificação dos vários técnicos que integram a equipa projetista, com identificação do coordenador de projeto, ficará discriminada em documento anexo ao contrato a celebrar na sequência deste procedimento.

5 - A equipa projetista referida no ponto 3, só poderá ser alterada mediante prévio e expresso consentimento da entidade adjudicante.

Cláusula 7.^a | Elementos a fornecer pelo Município de Leiria

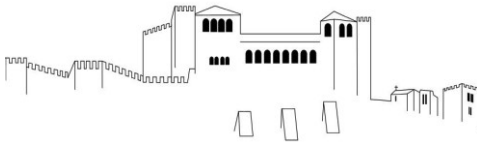
1 - A Entidade Adjudicante fornecerá apenas os elementos que constam do presente processo de concurso.

2 - Será da responsabilidade e encargo do adjudicatário promover as diligências necessárias para a validação e confirmação da adequação dos referidos elementos à realidade.

Cláusula 8.^a | Acompanhamento dos estudos e projetos

1 - Os técnicos indicados pela Câmara Municipal de Leiria acompanharão todo o desenvolvimento do projeto, desde o início do contrato até à sua conclusão.

2 - Incumbirá, ainda, ao adjudicatário participar em reuniões de trabalho, na Câmara Municipal de Leiria ou em outro local/entidade a definir oportunamente, em qualquer altura da vigência do contrato e sempre que necessário, a realizar por iniciativa do primeiro outorgante ou do coordenador do projeto com a concordância da Câmara Municipal de Leiria, desde o estabelecimento das bases programáticas ou de outras diretivas necessárias à satisfação do contrato até à receção provisória do empreendimento. Compete também ao coordenador, apresentar sugestões tendo



em vista a resolução dos problemas levantados pela forma mais adequada, quer técnica, quer funcional, quer económica.

3 - Nas reuniões referidas no ponto anterior e conforme a natureza dos trabalhos, participarão todos ou parte dos componentes da equipa projetista, mas sempre o coordenador ou um seu delegado, bem como os representantes da Câmara Municipal de Leiria.

4 - Do que for tratado e resolvido em cada reunião será elaborado um relatório/ata pelo coordenador do projeto, que o apresentará devidamente assinado ao representante do que é o 1º outorgante, no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da reunião a que diga respeito, para que todos os intervenientes o possam analisar antes da reunião seguinte.

5 - O contacto oficial do Departamento é através dos serviços de secretaria (Sr.ª D.ª Angélica) e os emails são: mjose@cm-leiria.pt e jmoreira@cm-leiria.pt, onde se inclui a receção de versões digitais do projeto.

Cláusula 9.ª | Alterações exigidas

1 - O adjudicatário obriga-se a executar todas as alterações necessárias aos programas de trabalho e estudos parcelares decididos pela Câmara Municipal de Leiria.

2 - As alterações aos projetos já elaborados e aprovados ou trabalhos novos resultantes de razões não imputáveis ao adjudicatário serão pagos de forma a acordar antes da sua realização, nos termos legais aplicáveis.

3 - O prazo para introdução de alterações aos projetos já elaborados e aprovados ou trabalhos novos resultantes de razões não imputáveis ao adjudicatário, será acordado pelas partes outorgantes.

4 - Poderá a Câmara Municipal de Leiria, em face de circunstâncias excecionais, mandar suspender qualquer fase dos estudos em curso, pelo não cumprimento, por parte do adjudicatário, de instruções recebidas que se integrem no âmbito do presente caderno de encargos.

5 - Nas circunstâncias, referidas no número anterior, o adjudicatário não será indemnizado por quaisquer prejuízos daí resultantes.

Cláusula 10.ª | Revisão de projeto

1 - Por decisão municipal, aquando e execução de revisão do projeto, o adjudicatário obriga-se a coordenar a análise de relatórios de revisão, no sentido de apresentar correções ao Projeto de Execução.

2 - As propostas de alteração devem ser validadas ou justificadas em quadro comparativo entre o Relatório de Revisão Preliminar e Final.

3 - Os prazos de apresentação das versões seguinte de Projeto de Execução são de 20 dias, a contar da receção dos devidos relatórios de revisão de projeto.

Cláusula 11.ª | Exemplares a fornecer à Câmara Municipal de Leiria e modo de apresentação

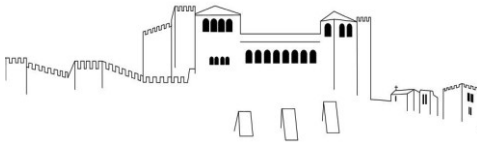
1 - O 'Programa Base e Estudo Prévio' deverá ser entregue em suporte digital, constante em 1 (um) CD/DVD, e em 2 (dois) exemplares em suporte papel, contendo a totalidade do trabalho realizado.

2 - O projeto de arquitetura e especialidades, incluindo o levantamento topográfico, deverá ser entregue em papel e formato digital (pdf e dwg), bem como as cópias necessárias do anteprojeto para apresentação às entidades competentes nos moldes em que estas o exigam, e, também, 3 (três) exemplares completos do projeto final de execução (após terem sido licenciados/aprovados/certificados, pelas entidades competentes), em formato de papel, devidamente subscritos pelo coordenador da equipa e pelos autores dos projetos específicos, possuindo um dos exemplares a aposição de 'ORIGINAL' em todas as peças escritas e desenhadas.

3 - Além destes exemplares, deverá ainda ser fornecida uma coleção em suporte informático das:

- a) Peças escritas, apresentadas em formato 'Word 2007' e/ou 'Excel 2007', consoantes os casos, em versão editável e pdf (versão não editável);
- b) Peças gráficas, apresentadas em 'AutoCad 2010' ou versão compatível, em formato editável dwg e não editável, em dwf e pdf;
- c) Todos os ficheiros devem ser nomeados com o máximo de 15 caracteres, sem espaços (utilização de traço baixo/underscore), cedilhas e acentos;
- d) O MQT (mapa de quantidades de trabalhos) deve apresentar-se numerado, sequencialmente, em todos os capítulos, artigos e subartigos, de forma crescente;
- e) Em sede de entrega das três fases de projeto será fornecido à entidade adjudicante um 'Power point' para apresentação síntese do projeto, com imagens 3D, de apoio à decisão.

4 - Os exemplares dos projetos de arquitetura e especialidades serão devidamente individualizados e organizados (quer em papel, por especialidade, quer informaticamente, por especialidade, com as peças a serem disponibilizadas,



por pasta informática individualizada – numerada - e constituída por subpastas que contenham as peças em formato editável e não editável, relativamente às peças escritas e peças gráficas), para apresentação e aprovação nas entidades competentes e intervenientes no processo de licenciamento e/ou aprovação e/ou certificação, sob a forma exigida por aquelas entidades, legislação e regulamentos em vigor aplicáveis, sendo que as diligências técnicas inerentes são da responsabilidade do adjudicatário.

5 - Neste contexto, deverá existir uma pasta 'Pareceres' onde se incluirá, por especialidade ou servidão, o devido documento aprovado por entidade.

6 - Os encargos respeitantes aos custos e/ou taxas de licenciamento/aprovação/certificação associados aos programas e estudos objeto do presente procedimento são da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria.

7 - No âmbito da presente prestação de serviço, serão fornecidas à Câmara Municipal de Leiria, no mínimo, 2 (duas) imagens 3D, de cada uma das três fases, para publicitação externa do projeto: com resolução mínima de 300dpi e para outdoor (4x3m ou 6x3m).

8 - Após a execução da empreitada, e, em articulação com o empreiteiro adjudicatário, da presente prestação de serviços, deverá ser fornecido à Câmara Municipal de Leiria um exemplar das telas finais em formato papel, e em suporte informático, quer das peças escritas quer das peças desenhadas, conforme o definido no n.º 3.

Cláusula 12.ª | **Assistência técnica**

1 - Durante os períodos de planeamento e de execução da obra, o adjudicatário obriga-se a responder pela assistência técnica ao projeto, podendo delegá-la num técnico de reconhecida competência em trabalhos similares, aceite pela Câmara Municipal de Leiria.

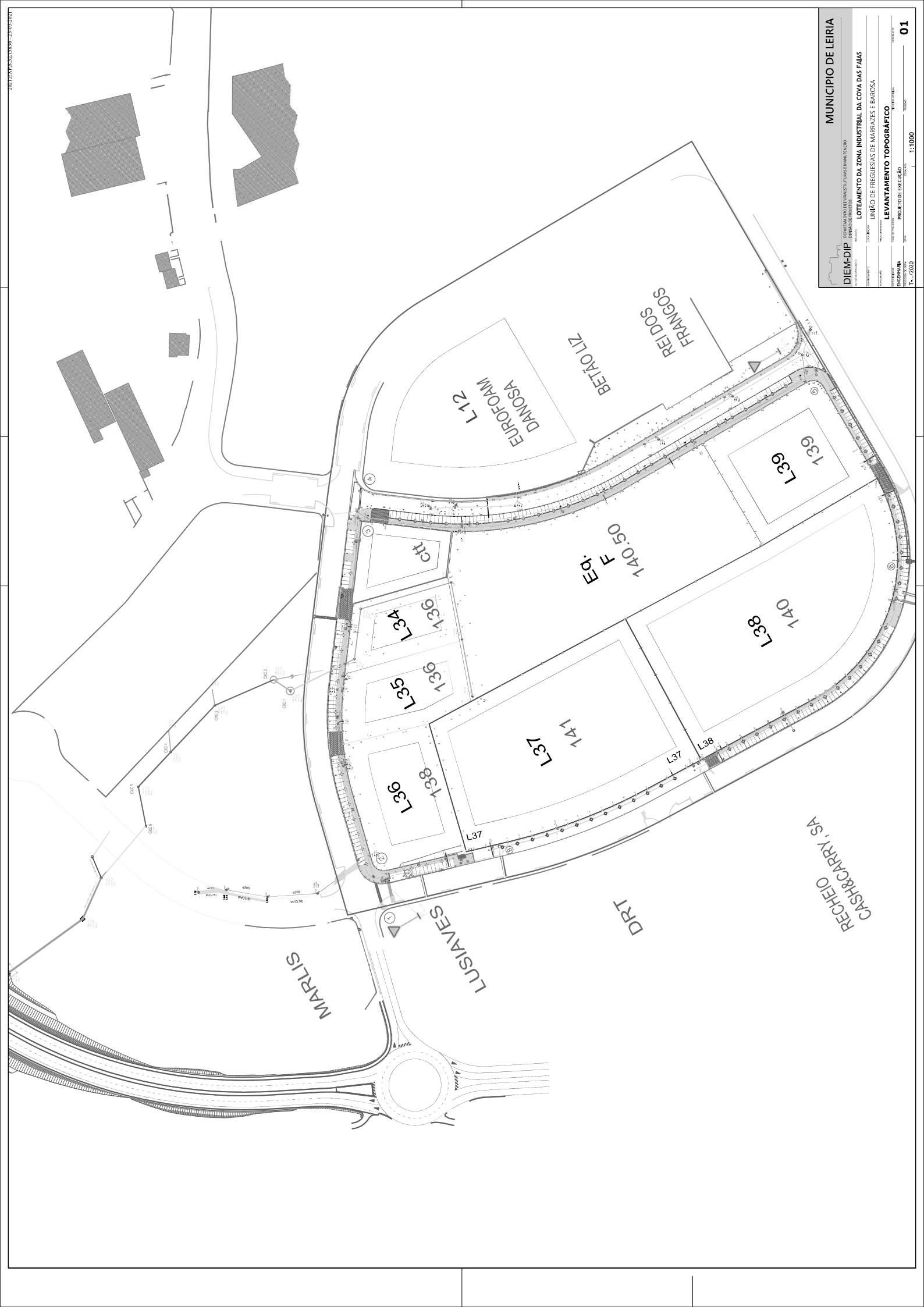
2 - Ao adjudicatário não competirá a direção técnica, administrativa ou fiscalização da obra, sem prejuízo da assistência técnica que lhe incumbe e na medida em que a mesma lhe seja requerida, nomeadamente no respeitante:

- a) Ao esclarecimento de dúvidas de interpretação e à prestação de informações complementares relativas a ambiguidades ou omissões dos projetos;
- b) À apreciação de documentos no âmbito da assistência técnica apresentados pelos fornecedores ou empreiteiros da obra. Para a presente alínea, estipula-se o prazo máximo de resposta da consulta à equipa projetista, via e-mail ou
- c) Por visita presencial de assistência técnica, no prazo máximo de 5 dias úteis com formalização de resposta via e-mail à fiscalização;
- d) Durante a fase de execução da empreitada, o adjudicatário obriga-se a acompanhar e a prestar a assistência técnica com uma periodicidade quinzenal no local da obra, e sempre que o desenvolvimento dos trabalhos o justificar. As deslocações adicionais àquela mensal que sejam alvo de requisição pela entidade adjudicante serão motivo de pagamento adicional;
- e) Durante a fase de execução da empreitada, quando em sede de projeto de execução se inclui aquisição de equipamento ou sistemas tecnológicos, o desfasamento temporal entre a sua definição e a sua implementação obrigará a atualização tecnológica, face à legislação aplicável ou à descontinuidade dos mesmos, à data.

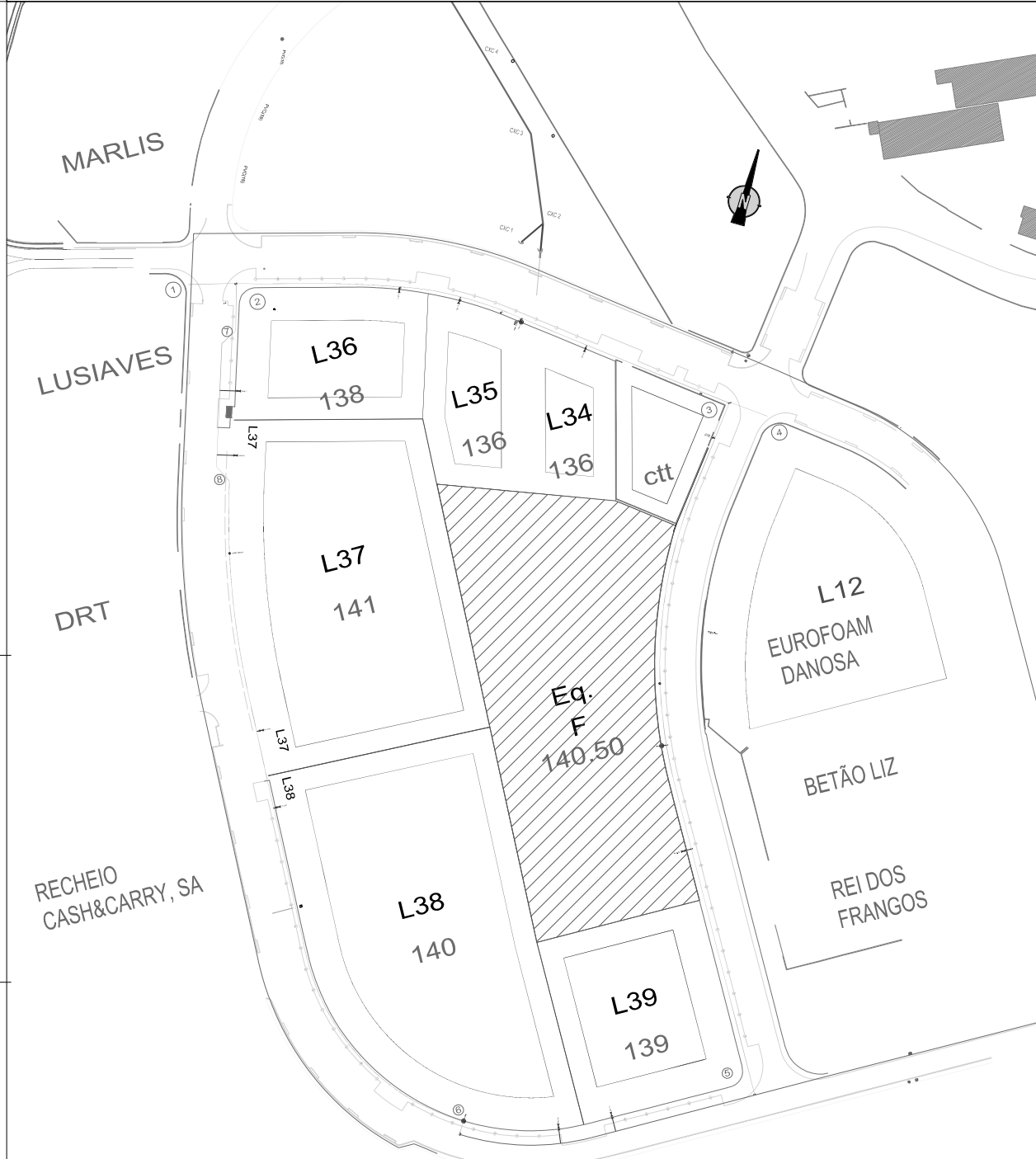
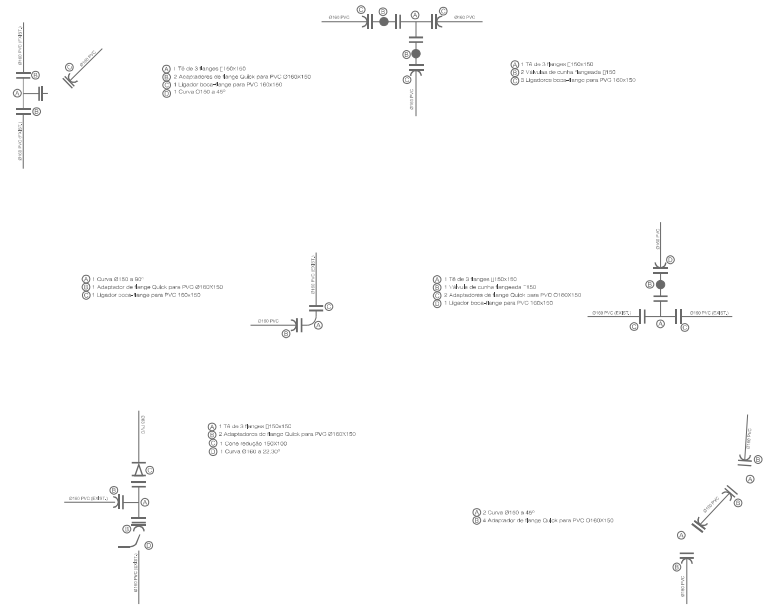
3 - A assistência técnica compreende, para além das obrigações referidas no ponto 2, durante a fase de execução do contrato e até à adjudicação da obra, as seguintes atividades:

- a) Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada;
- b) Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do dono da obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto;
- c) Prestação do apoio ao dono da obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas.

4 - As atividades relativas à Assistência Técnica são definidas na Portaria 701-H/2008 de 29 julho.



- Legenda**
- Número do nó
 - Válvula de Água
 - Caixa de Ventosa
 - Boca de Incêndio
 - Tubo PVC ø160
 - Tubo PVC ø160 Existente



Câmara Municipal de Leiria

Projeto
 PROJETO DE EXECUÇÃO DAS
 INFRAESTRUTURAS DA
 LIGACÃO DO LOTEAMENTO DA ZICOPA
 ZICOPA - LEIRIA

Designação
 Planta Topográfica - Rede de Águas

contec
 construção e engenharia, sa

Técnico Responsável
 João Domingos

Desenhado por
 Hélder Domingos

Levantado por
 Hélder Domingos

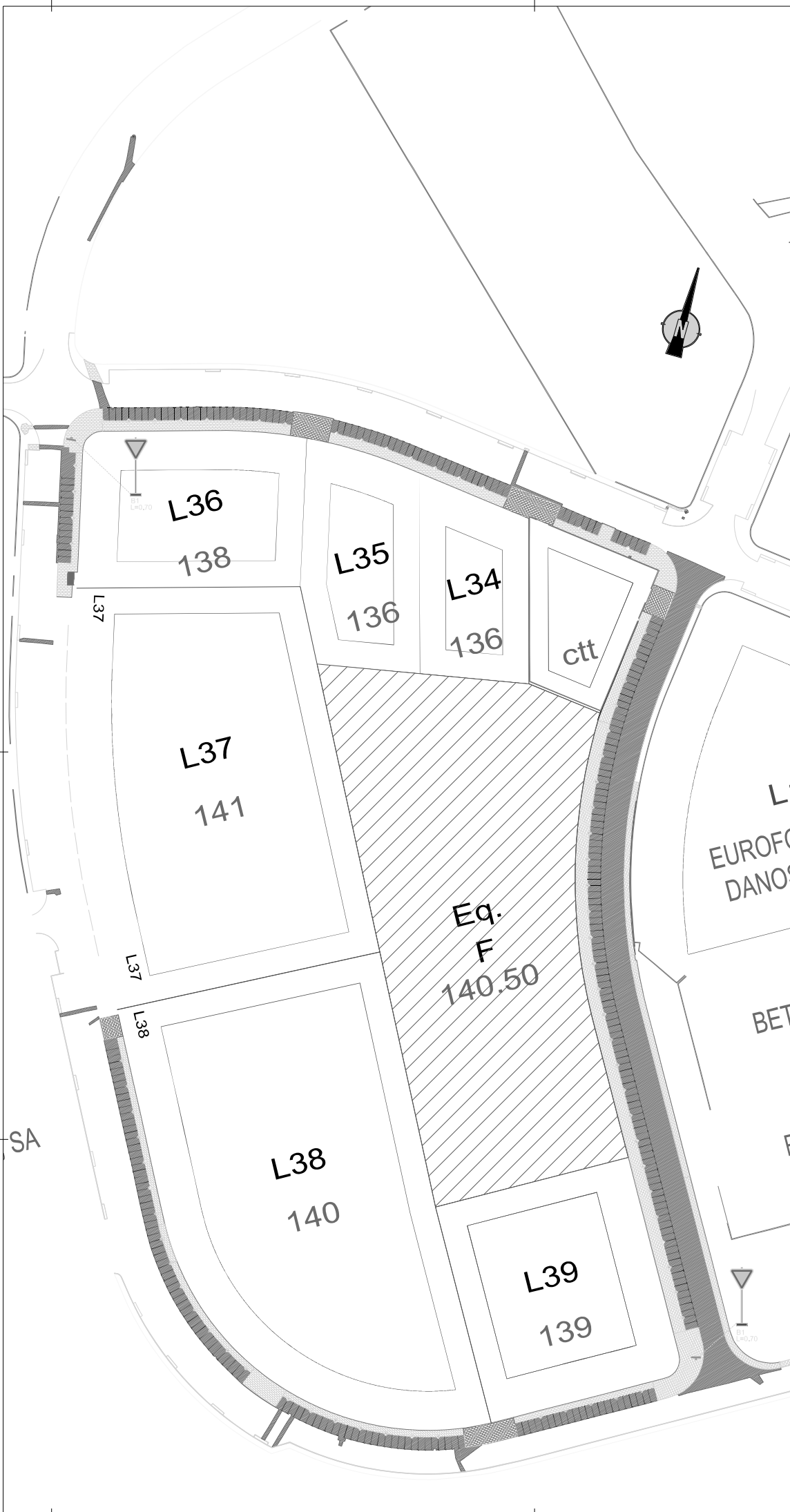
Data
 Julho 25, 2014

Escala
 1/1000

Sistema de Coordenadas
 ETRS89/UTM08 - Projeção Transversa de Mercator -
 Elipsóide GRS80 (PT TM08E TSR89),
 Datum Vertical: Marégrafo de Cascais

Desenho N.º
 18 - TF - 1147 - 1

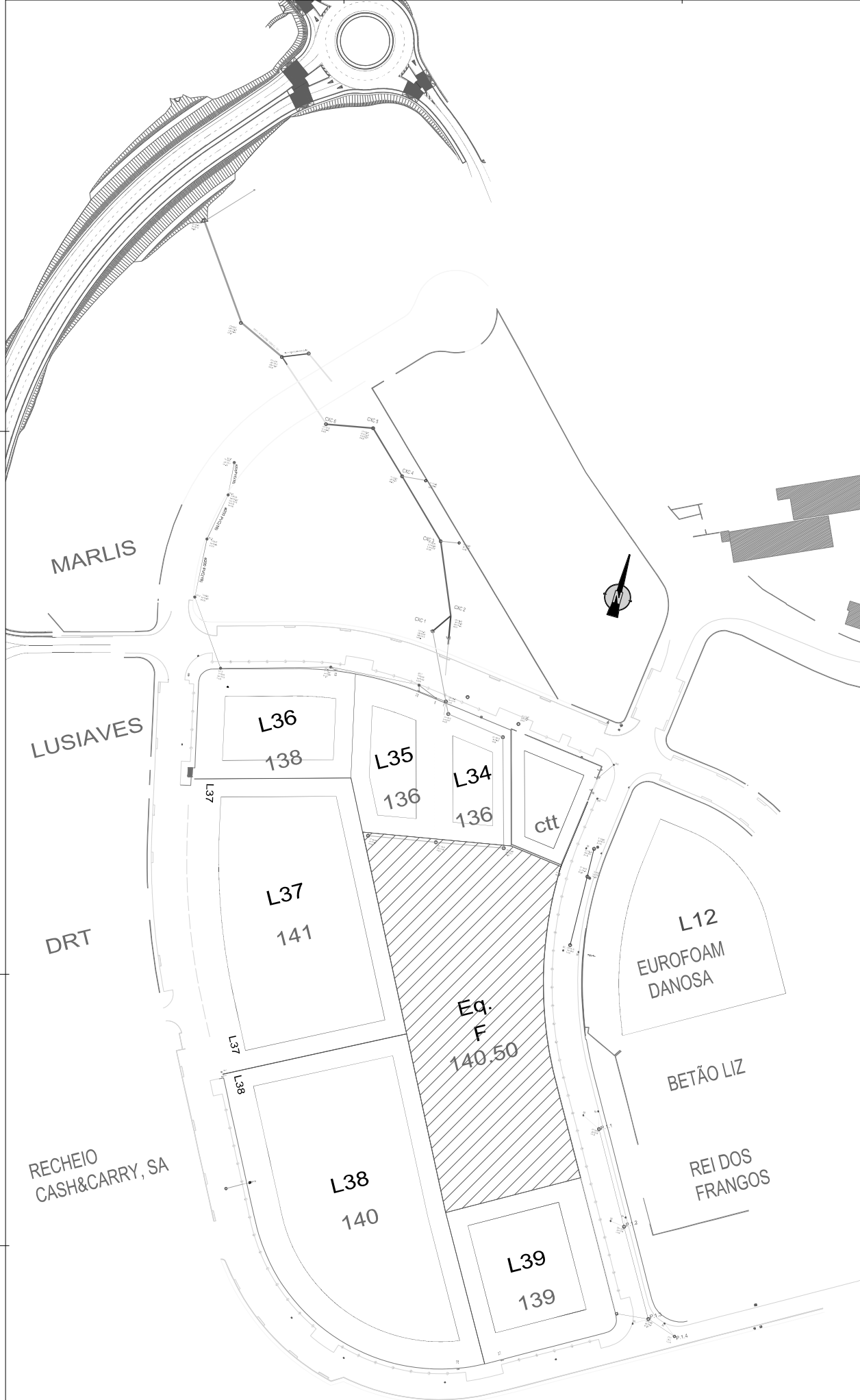
Ficheiro



- Legenda
- Desgaste
 - Elementos prefabricados em betão, 0.20x0.10x0.06
 - Elementos prefabricados em betão, 0.20x0.10x0.08
 - Caldeira
 - Lancis (15x25)
 - Guia (8x25)

Câmara Municipal de Leiria	
Projeto PROJETO DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA ZICOF A ZICOF A - LEIRIA	
Designação Planta topográfica - Pavimentos e Sinalização	
construção e engenharia,sa	
www.contec.pt geral@contec.pt Pombal - Portugal	
Técnico Responsável João Domingos	
Desenhado por Helder Domingues	Levantado por Helder Domingues
Data Julho 25, 2014	
Escala 1/1000	Escala gráfica
Sistema de Coordenadas: ETRS89/TM06 - Projecção Transversa de Mercator - Elipsóide GRS80 (PT TM06/ETSR89), Datum Vertical: Marégrafo de Cascais	
Desenho N.º 18 - TF - 1147 - 1	
Ficheiro P202506141147.dwg	

- Legenda
- Caixa Pluvial
 - Caixa Doméstica
 - Ramal Pluvial
 - Ramal Doméstico
 - Sumidouro
 - Coletor Doméstico - Tubo PVC ø200
 - Dreno
 - Tubo ø200
 - Tubo ø315
 - Coletor Pluvial - Man Bet ø400
 - Coletor Pluvial - Man Bet ø500
 - Coletor Pluvial - Man Bet ø600
 - Coletor Pluvial - Man Bet ø800
 - Coletor Pluvial - Man Bet ø1000



Cliente
 Câmara Municipal de Leiria

Projeto
 PROJETO DE EXECUÇÃO DAS
 INFRAESTRUTURAS DA
 Loteamento do loteamento da ZICOPA - LEIRIA

Designação
 Planta topográfica - Colectores Domésticos e Pluviais

contec
 construção e engenharia,sa

www.contec.pt | info@contec.pt | Portugal - Portugal
 Técnico Responsável
 João Domingues

Desenhado por
 Hélder Domingues

Levantado por
 Hélder Domingues

Data
 Julho 25, 2014





Escala
 1/1000

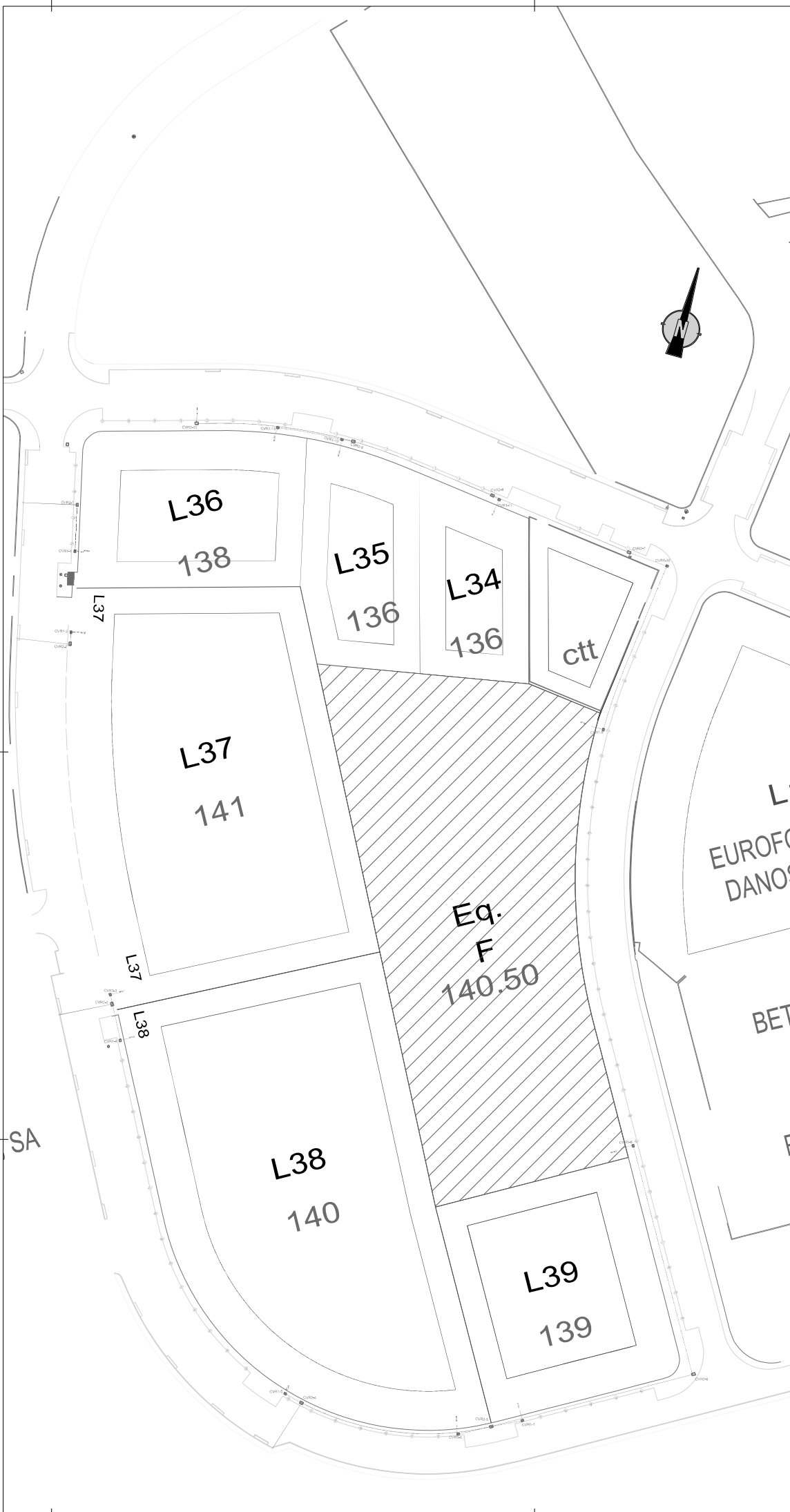
Sistema de Coordenadas
 ETRS89/UTM09 - Projeção Transversa de Mercator -
 Elipsóide GRS80 (PT TM09E ETRS89),
 Datum Vertical: Médio-março de Cascais

Desenho N.º
 18 - TF - 1147 - 1

Ficheiro

Legenda

-  Caixa PT
-  Tubo PPR ø63 x3
-  Tubo PPR ø110 x4
-  Tubo PPR ø110 x2



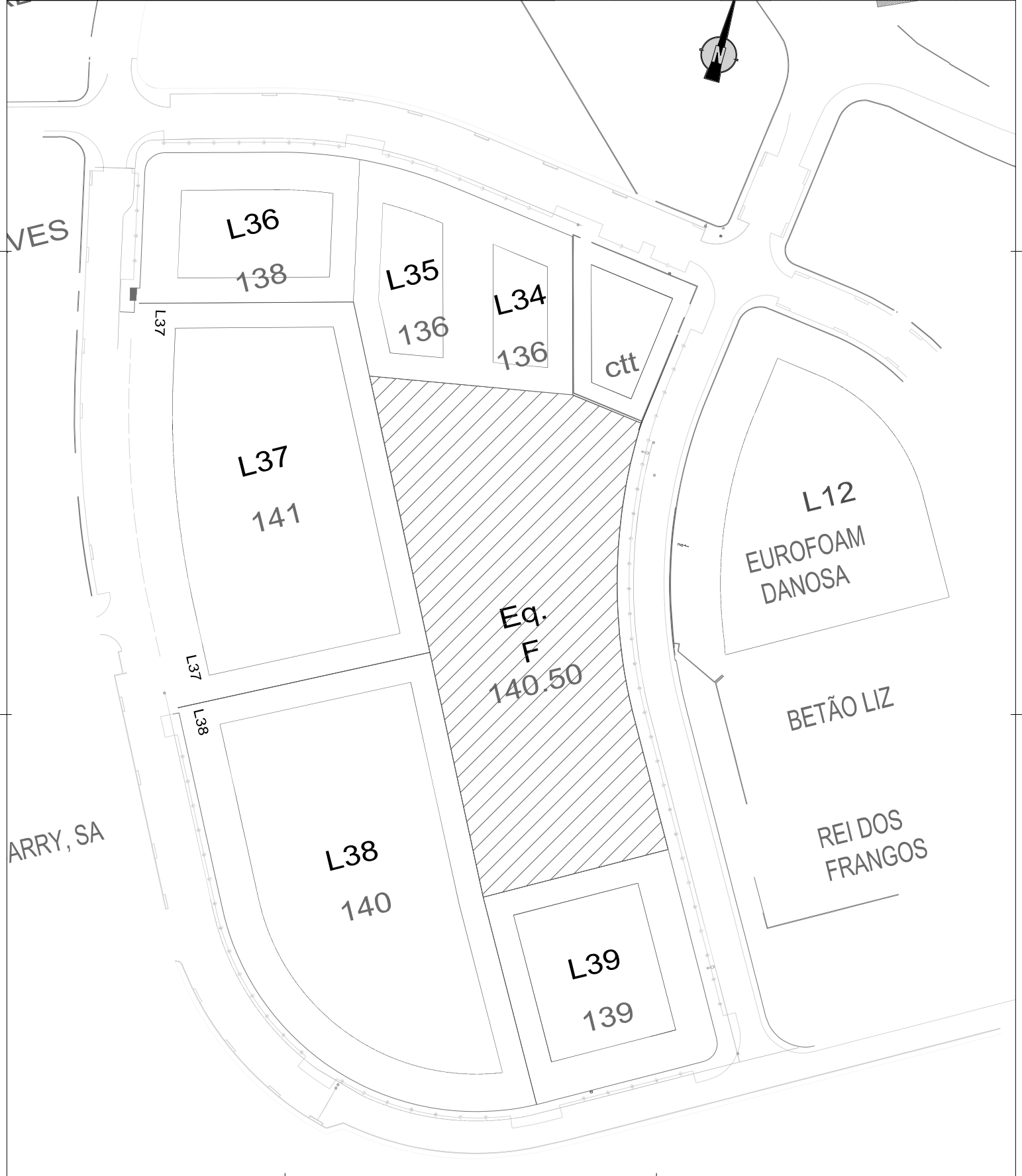
L1
EUROFO
DANOS
BET

SA

 Câmara Municipal de Leiria	
Projeto PROJETO DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA ZICOPA ZICOPA - LEIRIA	
Designação Planta topográfica - Telecomunicações	
	
www.contec.pt geral@contec.pt Pombal - Portugal	
Técnico Responsável João Domingos	
Desenhado por Helder Domingues	Levantado por Helder Domingues
Data Julho 25, 2014	
Escala 1/1000	Escala gráfica 
Sistema de Coordenadas: ETRS89/TM06 - Projecção Transversa de Mercator - Elipsóide GRS80 (PT TM06/ETSR89), Datum Vertical: Marégrafo de Cascais	
Desenho N.º 18 - TF - 1147 - 1	
Ficheiro P:\2015\2014\1147\1147.dwg	

Legenda

- Valvula de Gas
- Tubo ø160



Cliente



Câmara Municipal de Leiria

Projeto

PROJETO DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA ZICOFIA - LEIRIA

Designação

Planta topográfica - Gás



contec construção e engenharia, SA

Técnico Responsável

Jabo Domingos

Desenhado por

Helder Domingues

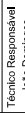
Data

Julho 25, 2014

Escala

1/1000

Escala gráfica



Sistema de Coordenadas:

ETRS89/UTM06 - Projecção Transversa de Mercator - Elipsóide GRS80 (PT TM06E/TSR89).

Datum Vertical:

Marégrafo de Cascais

Desenho N.º

18 - TF - 1147 - 1

Ficheiro

Explicação

- Legenda
- Caixa Electricidade
 - Armário EDP
 - Poste Iluminação
 - Tubo PPR ø90
 - Tubo PPR ø160 x3
 - Tubo PPR ø160 x6
 - Cabo Electricidade
 - Cabo Iluminação



 Cliente Câmara Municipal de Leiria	Projeto PROJETO DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO DA ZICOFIA ZICOFIA - LEIRIA	Designação Planta topografica - Electricidade	 construção e engenharia, SA
Técnico Responsável João Domingues	Desenhado por Helder Domingues	Data Julho 25, 2014	Escala 1/1000 Escala gráfica
Sistema de Coordenadas: ETRS89/UTM06 - Projecção Transversa de Mercator - Elipsóide GRS80 (PT TM06/ETSR89). Datum Vertical: Marégrafo de Cascais			Desenho N.º 18 - TF - 1147 - 1
Ficheiro 18TF1147.dwg			